

A Necessidade Urgente de Reformar o nosso Sistema Monetário

Mark Joób*

Atualmente cada vez mais pessoas se apercebem de que o dinheiro é mais do que apenas uma ferramenta neutra de negócios: o dinheiro, na realidade, controla os negócios. O sistema monetário regula as finanças, que, por sua vez, moldam a economia em grande escala. De que forma o sistema monetário atual afeta a economia e, por conseguinte, a sociedade e a natureza e por que razão está a falhar? Irei descrever em dez tópicos os aspectos problemáticos do nosso sistema monetário atual.

1. O dinheiro é criado sob a forma de dívida. Hoje em dia, o dinheiro surge através da criação de dívidas quando os bancos comerciais fazem empréstimos aos bancos centrais e quando os governos, produtores ou consumidores solicitam empréstimos aos bancos comerciais. Assim, a massa monetária da economia só poderá manter-se se os agentes da economia pública ou privada contraírem dívidas. O crescimento económico exige um aumento proporcional da massa monetária para evitar que a deflação pare as operações de negociação. Contudo, um aumento no montante numérico envolve, ao mesmo tempo, um aumento no montante da dívida. Deste modo, os agentes da economia correm o risco de endividamento excessivo ou falência. Nem é preciso dizer que o endividamento em excesso causa sérios problemas à sociedade e às pessoas face à crise da dívida atual. Tudo começou com uma crise de dívidas dos proprietários de imóveis nos Estados Unidos que depois se transformou numa crise dos bancos e das seguradoras antes de ser absorvida pelos títulos do governo e de se transformar numa crise da dívida soberana. As reduções nos gastos públicos, exigidos para liquidar a dívida pública, normalmente provocam conflitos e injustiças sociais, pois impõem encargos que não são devidamente proporcionais às dívidas geradas pelos cidadãos.

2. A massa monetária é controlada por empresas privadas. Apenas uma pequena fração do dinheiro que circula entre a população é gerada pelos bancos centrais. Os bancos centrais emitem notas e moedas que, na maioria dos países, representam apenas entre 5 % a 15 % da massa monetária. O restante é gerado pelos bancos comerciais sob formato eletrónico em contas bancárias através da concessão de empréstimos aos clientes ou da compra de títulos e produtos. Na realidade, todo o dinheiro, em numérico ou em conta bancária, entra em circulação através dos bancos comerciais. Por este motivo, são os bancos comerciais quem de facto controla a massa monetária. Os bancos comerciais são as entidades que mais geram risco de crédito aos empréstimos que concedem, os quais deveriam levar a uma análise cuidadosa da credibilidade dos seus clientes. No entanto, os bancos decidem quais os clientes que recebem os empréstimos e quais os investimentos que serão realizados para atingir os seus objetivos – maximizar lucros. Um investimento ser socialmente desejável, não é de forma alguma um critério de seleção para os bancos comerciais. Desta forma, os investimentos que servem o bem comum, mas que não são suficientemente lucrativos, não são

* *Dr. Mark Joób é Professor Honorário da Faculdade de Economia da University of West Hungary e Investigador no Institute for Business Ethics, University of St. Gallen, Suíça. É membro do comité de gestão da Associação Suíça para a Modernização Monetária.*

apoiados pelo sistema bancário e devem ser financiados pela despesa pública, cuja fonte financeira depende dos impostos e da criação da dívida pública. Em vez de financiarem investimentos a longo prazo que sejam do interesse da sociedade como um todo, os bancos comerciais financiam as especulações financeiras a curto prazo com as suas concessões de crédito e é por isso que nos últimos vinte anos se criou um verdadeiro casino global fora do controlo público.

3. Os depósitos bancários não são seguros. Os depósitos bancários referem-se ao dinheiro em conta que, ao contrário do numerário, não possui curso legal, embora seja manipulado como se o tivesse. O saldo de uma conta bancária substitui o dinheiro, é apenas uma promessa do banco de que irá desembolsar a quantia relativa ao curso legal no momento em que a mesma for solicitada pelo cliente. No atual sistema bancário da reserva fracionária, normalmente apenas uma pequena proporção dos saldos das contas bancárias é abrangida pelo curso legal. Os bancos detêm apenas uma pequena percentagem dos seus depósitos em dinheiro e reservas no banco central. É por este motivo que os bancos dependem da confiança que têm nos seus clientes. No caso da gestão de um banco, quando muitos clientes solicitam dinheiro ao mesmo tempo, as reservas em dinheiro esgotam-se e a redução de liquidez pode provocar uma súbita falência. Assim sendo, foram criados os sistemas de garantia de depósito para evitar que os bancos percam os seus depósitos. Em situações de reação em cadeia e falência em larga escala, como a de 2008, é possível que seja necessária a ajuda do governo aos bancos comerciais, com a eventual participação do banco central, em última instância, no papel de credor.

4. A massa monetária é pró-cíclica. Os bancos comerciais concedem empréstimos através da criação do saldo nas contas bancárias com o propósito de maximizar as suas receitas. Quanto mais dinheiro emitirem, maiores serão os lucros – desde que os devedores sejam capazes de liquidar as suas dívidas. Em tempos de crescimento económico, os bancos mais ambiciosos concedem empréstimos de forma a lucrarem com o alta conjuntura, já em época de recessão económica, limitam as concessões de empréstimo para a redução de riscos. É assim que os bancos comerciais provocam um excesso e uma carência de liquidez em alturas de alta conjuntura e em recessão respectivamente, ou seja, aumentam os ciclos de negócio, bem com as oscilações de mercado, e criam “bolhas” especulativas no mercado imobiliário e em produtos. Tais bolhas especulativas podem causar sérios problemas à sociedade e ao próprio sistema bancário quando rebentam. Mais uma vez, a crise bancária de crédito imobiliário de 2008 seguida da explosão da bolha no mercado imobiliário dos Estados Unidos é o melhor exemplo.

5. A massa monetária fomenta a inflação. Além do aspecto pró-cíclico a curto prazo, a longo prazo, a emissão de dinheiro por parte dos bancos comerciais provoca um excesso de capital, o que produz a inflação no preço de compra, bem como no preço das ações. Uma produção excessiva capital acontece quando o aumento da quantidade de dinheiro em circulação ultrapassa o aumento da produção de mercadorias e serviços. A produção excessiva é o resultado não só da tradicional concessão de crédito aos governos, às empresas e às pessoas particulares, mas também da especulação financeira dos créditos subsidiados pelos fundos de cobertura e bancos de investimento. Devido à inflação, os clientes enfrentam normalmente uma perda anual do poder de compra, o que implica a necessidade de aumentar os seus rendimentos nominais para que se mantenha o padrão de consumo. Desde que a capacidade obter a compensação pela perda do poder de compra através

do aumento do rendimento nominal das pessoas varie entre os particulares, a inflação causa a redistribuição do poder de compra para prejuízo daqueles que não se encontram em posição de defender efetivamente os seus próprios interesses.

6. O privilégio de emitir dinheiro é um subsídio para o setor bancário. Como o dinheiro é uma dívida, tem juros. Assim sendo, os juros têm de ser pagos por todo o capital em circulação e, virtualmente, ninguém pode escapar a este pagamento. O juro é pago pelos clientes que contraem empréstimos aos bancos comerciais e assim a massa monetária é assegurada. Para além disso, todos aqueles que pagam impostos, que compram mercadorias e serviços, contribuem para o pagamento dos juros aos verdadeiros credores, porque os impostos devem ser aplicados parcialmente em função do financiamento dos pagamentos dos juros da dívida soberana. As empresas e os particulares que fornecem mercadorias e prestam serviços devem incluir os custos dos seus empréstimos nos preços das suas mercadorias e serviços. Desta forma, ao utilizar o dinheiro, a sociedade paga um enorme subsídio aos bancos comerciais, apesar de os bancos transferirem uma parte deste subsídio aos depósitos dos seus clientes sob a forma de juros. O juro é um subsídio para os bancos, porque o dinheiro criado nas contas bancárias é manipulado como curso legal. A magnitude do subsídio que a sociedade paga aos bancos reflete-se nos elevados salários e prémios dos banqueiros, assim como no sector bancário desproporcionadamente grande.

7. O dinheiro enquanto dívida gera uma pressão de crescimento. O dinheiro gerado sob a forma de dívida possui juros que causam uma pressão redobrada de crescimento no sistema monetário e na economia real. Quando os clientes restituem os seus empréstimos aos bancos comerciais, os bancos deixa de receber o montante e, conseqüentemente, o montante em circulação diminui. Contudo, os devedores precisam de mais dinheiro do que o montante do empréstimo, pois também têm de pagar juros. Mesmo que os devedores substituam os seus antigos empréstimos por novos, precisam de mais lucro para o pagamento dos juros, por isso é necessário que obtenham lucros. O negócio no seu todo não poderá ser lucrativo, a não ser que o capital aumente continuamente. Esta situação leva a uma dinâmica de crescimento - uma peça-chave do nosso sistema económico. O aumento do montante de capital com juros intensifica uma pressão de crescimento monetário sobre a economia real e, ao mesmo tempo, intensifica uma pressão de crescimento anti-deflacionário da massa monetária. O resultado da pressão de crescimento redobrada na nossa economia assemelha-se ao esquema Ponzi, visto que não pode funcionar plenamente sem crescimento e, assim sendo, as crises repetem-se. Além disso, o crescimento da economia real, obtido em grande parte através do sistema monetário, envolve uma exploração excessiva dos recursos naturais e é um obstáculo ao desenvolvimento sustentável. Portanto, o endividamento financeiro leva a uma dívida ecológica para com a natureza, o que empobrece a humanidade. O nosso sistema financeiro atual não é compatível com um mundo finito.

8. O juro fomenta a concentração de riqueza. Normalmente o juro é visto como um encargo sobre um empréstimo pela utilização do capital de outra pessoa. Não só os clientes que contraem empréstimos dos bancos pagam juros, mas também os bancos que detém os depósitos dos clientes. Quando os bancos comerciais geram dinheiro através da concessão de empréstimos, os clientes recebem poder de compra e assim expandem o valor total dos depósitos do banco. Como as contas bancárias normalmente cobram juros, os bancos gastam uma parte das suas receitas com o

pagamento de juros dos titulares das contas. Neste momento, os depósitos e empréstimos bancários não são devidamente distribuídos entre os clientes. Enquanto alguns têm de pagar juros gerados pelos empréstimos, outros possuem depósitos que lhes geram juros. Devido ao facto de, em geral, a parcela mais pobre da população possuir mais empréstimos do que depósitos, enquanto os mais ricos possuem mais depósitos que empréstimos, os pagamentos de juros são no fundo um desvio de capital dos mais pobres para os mais ricos, especialmente para uma minoria consideravelmente rica. O juro, assim sendo, fomenta a concentração de riqueza. Esta concentração de riqueza favorece, em grande parte, os bancos comerciais que realizam investimentos e recebem o montante total da maior parte dos juros das taxas para a concessão e contração de empréstimos. Os juros são, acima de tudo, adicionados regularmente ao investimento inicial e rendem os seus próprios juros, os quais se tornam num juro composto e originam um crescimento exponencial dos ativos monetários. Contudo, os ativos monetários não crescem em valor por si mesmos, uma vez que não são produtivos per se. O juro crescente em ativos monetários só pode ser gerado através do trabalho humano e o trabalho humano encontram-se constantemente sob a pressão monetária de aumentar a sua produtividade e diminuir os custos de forma a satisfazer as exigências do juro composto que cresce exponencialmente. Por isso, o juro é uma transferência de valores que favorece os investimentos de capital em detrimento dos lucros do trabalho.

9. O sistema monetário é insustentável. Existem provas claras de que o sistema monetário é estruturalmente instável devido aos mecanismos mencionados anteriormente. A crise financeira desencadeada em 2008 que ainda persiste, e poderá até estar pior agora, não é um fenómeno isolado. Nas últimas décadas, surgiram em todo o mundo inúmeras crises relacionadas com o sistema monetário. Entre 1970 e 2010, um total de 425 crises financeiras afetaram os estados-membros do Fundo Monetário Internacional: 145 crises bancárias, 208 quebras monetárias e 72 crises de dívida soberana¹. O elevado número de crises financeiras e consequentes efeitos em cadeia em diferentes economias nacionais demonstra claramente o seu carácter estrutural e sistémico. O sistema monetário atual provoca inevitavelmente crises nas finanças e, consequentemente, na economia real.

10. O sistema monetário viola os valores éticos. Um valor ético é algo considerado valioso de um ponto de vista geral depois de uma análise cuidadosa. Os valores éticos representam os valores mais racionais e importantes da sociedade. Assim sendo, a sociedade encontra-se mal estruturada se os seus valores monetários entrarem num conflito sem solução com os seus valores éticos e se estes mesmo valores éticos forem constantemente suprimidos por causa dos valores monetários. Apesar de o sistema monetário estruturar amplamente a economia e esta moldar amplamente a sociedade, os valores éticos que não contribuirão para o aumento do capital serão sistematicamente negligenciados no processo de decisões políticas da atualidade. Desta forma, o nosso sistema monetário atual viola os valores éticos, como a estabilidade, a justiça e a sustentabilidade – valores essenciais para uma sociedade equilibrada. Um sistema monetário que viole esses valores é insensato e deveria ser reformado o mais rápido possível.

(1) Lietaer, Bernard et al. *Money and Sustainability. The Missing Link*. Axminster: Triarchy Press, 2012.